



## **LEI 11.645/2008: MÚSICA INDÍGENA COMO FERRAMENTA DECOLONIAL E EDUCATIVA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

### **LAW 11.645/2008: INDIGINOUS MUSIC AS A DECOLONIAL AND EDUCATIONAL TOOL FOR HISTORY TEACHING**

Jessica Maria de Queiroz Costa<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Este artigo objetiva pensar novas reflexões para o ensino de história em que se enalteça o protagonismo indígena pela sua própria perspectiva, mais especificamente a partir de sua arte musical. Por ser relativamente recente, ainda há muito que se percorrer para que as discussões direcionadas pela Lei 11.645/2008 alcancem uma abrangência uniforme e efetiva. Interseccionar história, música e educação se apresenta como uma das alternativas para cumprir os propósitos da referida lei. Neste sentido, analisamos a música de artistas indígenas como Márcia Kambeba e Brô MC's.

**Palavras-Chave:** ensino de história; decolonialidade; música.

#### **Abstract**

This article aims to think new reflections for teaching of history in which indigenous protagonism is highlighted from their own perspective, more specifically from their musical art. As it is relatively recent, there is still a long way to go before the discussions of Law 11.645/2008 reach an uniform and effective scope. Intersect history, music and education presents itself as one of the alternatives in contribute to fulfill the guidelines of that Law. In this sense, we analyse the music of indigenous artists such as Márcia Kambeba and Brô MC's.

**Keywords:** history teaching; decoloniality; music.

#### **1. A Lei 11.645/08 e o ensino de história: ferramentas de mudanças para uma educação decolonial.**

A Lei 11.645/08 determina a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, de modo que, reafirme suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.<sup>2</sup> A lei

---

<sup>1</sup> Graduada em História Bacharelado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e mestranda em História Social da Amazônia pela mesma Universidade. Membro do Grupo de Pesquisa de História Indígena e do Indigenismo na Amazônia - GP HINDIA (UFPA). E-mail: jessicamqcosta@hotmail.com

<sup>2</sup> Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo



corroborar a necessidade de debater e ressaltar sujeitos históricos que foram invisibilizados por anos a fio perante o processo histórico do Brasil e, por conseguinte, na educação brasileira.

Importante enfatizar que essa lei é um produto de vários anos de luta dos movimentos indígenas e dos movimentos negros. Portanto, não foi um êxito dado deliberadamente pelo Estado, e, sim, conquistado através de organizações e reivindicações de movimentos sociais. Um exemplo é que desde a década de 1980, os movimentos indígenas passaram a ser mais enxergados pela mídia brasileira e internacional, justamente pelas suas estratégicas articulações e reivindicarem a inserção de um Artigo no que seria a Constituição de 1988<sup>3</sup>, este específico sobre os povos indígenas. Os artigos 231 e 232 são produtos destas reivindicações.<sup>4</sup>

Neste trabalho, enfatizaremos como a música produzida por indígenas é uma ferramenta que enaltece o saber histórico sobre os povos indígenas e suas culturas, ao passo que, reafirma o protagonismo e luta dos mesmos, bem como, vai de encontro aos direcionamentos da lei 11.645/2008. A poesia e música de Márcia Kambeba e Brô MC's servem como produtos de análise para se pensar a interculturalidade crítica na educação<sup>5</sup>. A partir de suas canções se redimensiona um olhar mais próximo ao da visão indígena sobre o que é ser indígena.

Fontes históricas, desde antes do Brasil Colônia até à História do Tempo Presente, apresentam agência, liderança e protagonismo de povos indígenas, bem como, pretos, mestiços, mulheres, entre tantos outros personagens que sofreram apagamento na história do país. Sobre o protagonismo indígena no Brasil Colônia, Maria Regina Celestino de Almeida em *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, traz as diversas formas de agências dos povos indígenas, diante de uma sociedade agudamente hierarquizada. Conforme John Monteiro, os índios pós-conquista tiveram de aprender novas estratégias de persistências, resistência ou, no limite, sobrevivência.<sup>6</sup>

Além da retomada de pesquisadores na historiografia – não somente no período colonial – para reaver o lugar dos povos indígenas na História, há vários estudos de intelectuais como na área

---

oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html> >. Acesso em 20 de abril de 2019.

<sup>3</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

<sup>4</sup> Para saber mais, assistir o documentário “Índio Cidadão?” (2004).

<sup>5</sup> WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. IN: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. La Paz: Convenio Andres Bello, 2010. p.75-96.

<sup>6</sup> ALMEIDA. Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias colônias do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.p.17.



de ensino de história, em que Circe Bittencourt analisa como os índios são projetados nos livros didáticos, uma vez que estes detêm importante veículo de valores, ideologia e cultura<sup>7</sup>. Luiz Donisete Grupioni afirma que a visão sobre o indígena ainda persiste em generalizações e estereótipos dos quais viver nu no mato, cultivar Tupã e Jaci e que fala Tupi ainda são percepções comuns.<sup>8</sup>

Para abordar a reflexão desse texto, incorporam-se as novas análises preconizadas pela Nova História Indígena, bem como as teorias e estudos pós-coloniais latino-americanos pós-coloniais que servem de alicerces para questionar as proposições eurocêntricas e os processos de subalternização que há muito efetuam apagamentos e silenciamentos em povos das mais diversas culturas, rituais, saberes entre outros<sup>9</sup>. Tendo em vista que, o conceito de cultura se dá em uma perspectiva plural, de modo que ratifica as perspectivas diversas dos povos indígenas. Gersem Baniwa afirma que cada povo tem uma cultura distinta da outra, porque se situa no mundo e se relaciona com o mesmo de maneira própria<sup>10</sup>.

Para reverter a colonialidade que reprimiu e ainda reprime os saberes, produções de conhecimentos e culturas de povos avessos ao modelo ocidental, a qual também foi projetada na educação da nossa sociedade, é necessário que se discuta sobre como estabelecer mais incisivamente a contribuição dos povos que habitaram e habitam este território. Assim como, se deve pensar a interculturalidade crítica como projeto que envolva o objetivo da decolonialidade e de mudança, tendo na educação uma das bases para transformações.

Portanto, valida-se pensar que ao ensino de história cabe um papel educativo, formativo, cultural e político e sua relação com a formação da cidadania transcorre diversos lugares de criação de saberes históricos<sup>11</sup>. Logo, o debate atual também se preocupa em localizar, na área da História,

<sup>7</sup> BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. 9ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.72.

<sup>8</sup> GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Livros Didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A Temática Indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 20ª edição. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. pp 483.

<sup>9</sup> Ver sobre estudos latino-americanos pós-coloniais em: MIGNOLO, Walter. Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: lógica de la colonialidad y la postcolonialidad imperial. *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 3, p.47-72, 2005; MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de letras da UFF*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287 - 324, 2008; QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder. In: LANDER, E. (Org.) *A colonialidade de saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005; WALSH, Catherine. *La Interculturalidad en la educación*. Lima: Ministerio de Educación, 2005.

<sup>10</sup> BANIWA, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: MEC, 2006, p. 44.

<sup>11</sup> SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas**. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2010, vol.30, n.60, pp.13-33.



questões problematizadoras que se utilize do uso de passado e presente a fim de construir diálogos críticos entre a gama de sujeitos, contextos, espaços e culturas.

Pensar a construção desses diálogos críticos e de desconstrução de panoramas retrógrados é também evocar que os professores são um dos principais agentes para tal fim, pois não se deve olvidar que a formação crítica de seus alunos/cidadãos também envolve a sua capacidade de reprimir a reprodução de estereótipos de povos não-brancos dentro da sala de aula. Neste sentido, alguns professores de história que trabalham diretamente com o ensino fundamental e médio de escolas públicas foram entrevistados para ampliar o debate proposto.

## **2. Música indígena como alternativa de reflexão para a decolonialidade no ensino de história**

A decolonialidade é o principal meio de ir contra a colonialidade que ainda persiste em países latino-americanos, mesmo após seus processos de independência. Para Mignolo, ao pensar sobre opções decoloniais, enseja-se entender que “descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna *vis-à-vis* à hegemonia epistêmica que cria, constrói, elege um exterior a fim de assegurar sua interioridade”<sup>12</sup>. Destarte, pautar-se em assegurar a interioridade através da música pela perspectiva indígena – povos que há muito foram explorados, colonizados e dizimados - se mostra como mais uma possibilidade de criticidade na educação.

Por muito tempo, músicas brasileiras que ressaltam sobre os indígenas não foram pensadas e/ou compostas por eles próprios e, muitas delas estimulam que certas concepções preconceituosas enraizadas em nossa sociedade sobre tais povos se reproduzam. Entretanto, a música é um importante veículo de valores, logo ela pode ser refletida como uma ferramenta para construção de novas ideias, pensamentos e conceitos. E, para tal finalidade, temos a educação como um dos principais motores de incentivo a mudanças de visões e comportamentos sociais.

A partir disso, o ensino de história visa contribuir para tal objetivo, de maneira que debata a construção de quem são os povos indígenas assente em suas próprias perspectivas. Conforme Rocha, Magalhães e Ribeiro deve-se evidenciar como o ensino de história tem sido palco para a vivência e a apresentação de várias demandas sociais, como memória, direitos sociais, identidades

---

<sup>12</sup> MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de letras da UFF*, Rio de Janeiro, n. 34, 2008, p. 304.

e o poder da mídia na divulgação da história<sup>13</sup>. E sobre a questão indígena, especificamente, recorre-se principalmente a Nova História Indígena para descontinuidade de estereótipos sobre as populações indígenas. Marcio Couto Henrique ressalta que

Tratar os índios de forma generalizada e homogênea como se fossem todos iguais é uma forma de negar a diversidade cultural existente entre eles. Essa também é uma atitude preconceituosa na medida em que projeta para todos os grupos certos estereótipos historicamente construídos sobre esses povos. E tratar de forma igual povos diferentes é uma atitude de violência simbólica, discriminatória, pois impede a percepção da multiplicidade de experiências históricas construídas pelos diversos grupos indígenas.<sup>14</sup>

Além do embasamento acerca das novas concepções sublinhadas pela História Indígena, utiliza-se a música indígena como facilitadora de debates para se (re) conhecer quem são os povos indígenas do Brasil. Tendo em vista a Lei 11.645/08 que obriga o ensino de história indígena no currículo escolar, torna-se importante que sejam utilizados meios em que os próprios indígenas falem sobre as suas demandas emergentes. Para tanto, uma alternativa é o enaltecimento de trabalhos de artistas indígenas para a contribuição do exercício da lei e, mais que isso, dialogar com linguagens, culturas plurais além de quebrar estigmas arraigados na sociedade. Sobre este tema, Ailton Krenak ressalta promover o “eterno retorno do encontro”:

Esses gestos de aproximação e de reconhecimento, eles podem se expressar também numa abertura efetiva e maior dos lugares na mídia, nas universidades, nos centros de estudo, nos investimentos e também no acesso das nossas famílias e do nosso povo àquilo que é bom e àquilo que é considerado conquista da cultura brasileira, da cultura nacional. Tem um esforço comum que nós podemos fazer que é o de difundir mais essa visão de que tem importância sim a nossa história, que tem importância sim esse nosso encontro, e o que cada um desses povos traz de herança, de riqueza na sua tradição, tem importância sim.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; RIBEIRO, Jaime; CIAMBARELLA, Alessandra (Org.). Ensino de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014. 280p.

<sup>14</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. Conceitos e Preconceitos em História Indígena. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baia. MAGALHÃES, Ana Del Tabor Vasconcelos (Orgs). Educação para a diversidade: olhares sobre a educação para as relações étnico-raciais. p.85.

<sup>15</sup> KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org). A outra margem do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.p.29.



A mensagem de Krenak defende, espaços midiáticos bem como as universidades e diferentes centros de estudos como espaços de aproximação e de reconhecimento dos povos indígenas. Da mesma forma que Catherine Walsh acentua a função da educação na construção de uma interculturalidade crítica, a qual projeta a decolonialidade<sup>16</sup> e a transformação das estruturas institucionais. Além disso, atualmente, conta-se um número significativo e crescente de ingressantes indígenas nas universidades. Estimativa que aumenta desde a inserção da Lei 12.711/2012 que ordena a obrigatoriedade da reserva de vagas nas Universidades e Institutos Federais, combinando frequência à escola pública com renda e cor (etnia).

Daniel Munduruku é um dos que percorreram o caminho acadêmico e que encontrou na literatura um meio de combater pensamentos retrógrados em relação às populações indígenas. Já escreveu cerca de cinquenta e três livros voltados para o público infantil e jovem, bem como para educadores. O autor exemplifica alguns dos conceitos inadequados que ainda perduram no vocabulário social através da palavra “tribo”, haja vista que para o escritor

Esta palavra está inserida na compreensão de que os indígenas são pequenos grupos incapazes de viver sem a intenção do Estado. Apesar de o autor saber que é um conceito entravado na mente das pessoas e que só vai sair mediante muita explicação ao longo do tempo. Daí a importância da lei 11.645/08 no sentido de fazer chegar uma nova versão na cabeça dos estudantes brasileiros<sup>17</sup>

Noções ultrapassadas de que indígenas pertencem ou deveriam pertencer somente à natureza, que estagnaram no tempo sem nenhuma alteração em seus costumes, assim como, a visão de que se o indígena estiver usando objetos eletrônicos para seu manuseio próprio ou para a comunidade, conseqüentemente, deixa de ser indígena para os olhos externos. Estas percepções vão de encontro ao pensamento equivocado de que o índio para ser considerado índio deveria estar avesso à mudanças culturais e/ou sociais. No entanto, deve-se lembrar que a cultura é dinâmica e isso vale para todos os grupos humanos.

<sup>16</sup> Para Walsh (2010), a escolha por “decolonial” sem o “s” se pauta em enfatizar um processo - construtivo e não destrutivo- de atribuir uma possibilidade de desprendimento e abertura ao pensamento, tão escuso pela racionalidade moderna.

<sup>17</sup> MUNDURUKU, Daniel. Três reflexões sobre os povos indígenas e a lei 11.645/08.p.23 Disponível em: <http://fundacaoarapora.org.br/moitar/wp-content/uploads/2016/02/19-Daniel-Munduruku.pdf> < Acesso em 12 de abril de 2019 >.



Não se pode cobrar o mesmo comportamento de cem anos atrás de uma sociedade, ou seja, a nossa sociedade de hoje é completamente diferente da sociedade que nossos avós viveram. E isso vale para os povos indígenas também: o “índio puro” não existe. Por isso, pergunta-se: Se em nossa alimentação e modo de viver, há a forte presença do *ethos* de diversas etnias indígenas, como recusar que qualquer expressão e/ou costume não-indígena sejam negados a esses povos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira em diversos aspectos culturais e sociais?

Essa “nova versão” de conceitos sobre os povos indígenas que Daniel Munduruku recomenda chegar aos estudantes brasileiros, não poderá ter pleno êxito sem os principais intermediários da educação, isto é, os professores. Logo, o ensino e suas ferramentas, as ações em sala de aula são colocadas como uma das principais ideias de descontinuar alguns estereótipos sobre essas populações. Maria Domingues e Flávia Cota demonstram que

A ausência da história indígena nos currículos escolares ou sua apresentação de forma secundária, simultaneamente a questão da inclusão e o respeito à diversidade evidenciando as disputas políticas que essas escolhas representam. As construções dos currículos escolares enfrentam questionamentos a respeito de qual conhecimento deve ser ensinado e qual identidade se pretende construir, sem perder de vista o fato de que currículos escolares nunca estão desvinculados de relações sociais de poder e em paralelo, deparamo-nos com contextos que inserem, mas não incluem. A ideia de que as sociedades indígenas estariam destinadas ao desaparecimento por assimilação e aculturação sofre nos dias de hoje grandes críticas.<sup>18</sup>

A fim de enxergar a agência dos professores em sala de aula concernente a temática indígena, realizei algumas entrevistas com professores de história da rede pública<sup>19</sup> para entender melhor o envolvimento do corpo docente com a obrigatoriedade da lei 11.645/08. A professora Danielle Moura relata um pouco sobre a dificuldade de sua adequação a estes novos debates

Essas leis que ainda são recentes eu não lidei com ela durante a graduação, minha formação foi sem essa atenção. Isso já foi durante a minha atuação profissional. Na medida que a gente vai pra sala de aula e chega essa lei, a gente precisa estudar mais e foi uma

<sup>18</sup> DOMINGUES, Maria Perpétua Batista. COTA, Flávia dos Santos. A diferença na sala de aula: reflexões sobre a história indígena escolar e a história da educação inclusiva. Revista do Laboratório de Ensino de História e Educação. Porto Alegre, num.1, vol .1, julho-dezembro 2014.p.7.

<sup>19</sup> Entrevistas realizadas com os professores Danielle Moura e Erick Jean Silva, respectivamente em 13, 25 de abril e 10 de maio de 2019.



dificuldade pra mim. Então eu procurei alguns livros que abordassem a temática indígena, e também a questão né africana e afrodescendente pra poder sustentar, pra poder embasar a montagem das minhas aulas. (MOURA, 2019)

Como a lei é recente, a busca por mais conhecimento sobre os povos indígenas é muitas vezes promovida de maneira autônoma pelos próprios profissionais, como fez a professora Danielle Moura. Percebeu-se também que alguns professores tendem a ter dúvidas em como inserir a temática indígena em suas aulas, e isso se dá por diversos motivos: maior impulso do apoio público para capacitação efetiva, por não terem tido contato mais aprofundado com o tema em seu tempo de graduação etc. Ao ser perguntado sobre a importância da temática indígena na sala de aula, o professor de história Erick Jean respondeu do seguinte modo:

Acho fundamental pra trabalhar, de maneira geral, a questão da diversidade cultural no contexto das sociedades indígenas, seja dos povos pré-colombianos ou os povos da floresta amazônica. Claro, toda legislação surge de uma demanda específica da sociedade, e leva um certo tempo pra o entendimento jurídico ser aceito culturalmente por todos. O professor de história, tem o trabalho diário de remexer a mentalidade dos alunos em todas as suas aulas, no sentido de fazê-lo entender que nosso presente é uma realidade que possui íntima relação com o nosso passado. E negar nossas raízes é negar a si, é desconhecer sua formação cultural, e o indivíduo assim não possui consciência política e portanto não exerce sua cidadania de maneira plena. (ROSA SILVA, 2019).

Vale certificar que o professor de história citado acima vem de uma geração recente de estudantes que tiveram contato com a disciplina História Indígena e do Indigenismo no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará. A formação deste profissional já está inserida nos novos direcionamentos da Lei 11.645/2008. Os estudos da Nova História Indígena<sup>20</sup> têm ocupado um lugar mais expressivo no meio acadêmico, desde as últimas décadas, já emerge na disciplina referida como embasamento central para a reformulação de pensamentos obsoletos em relação aos povos indígenas. Por conseguinte, reafirma-se a importância de salientar que a aprendizagem e capacitação dos professores devem permanecer de maneira contínua.

---

<sup>20</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. MONTEIRO. Jhon Manuel. Armas e Armadilhas. História e resistência dos índios. In: Adauto Novaes (org.), A outra margem do Ocidente, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.



Sobre esta constante, discute-se neste trabalho novas possibilidades de inserção de referências indígenas que podem ser mais valorizadas e visualizadas na sala de aula. A produção poética, literária e musical são alguns desses espaços linguísticos e artísticos em que indígenas têm ocupado nos últimos anos. Uma desses artistas é Márcia Wayna Kambeba. Além de geógrafa, Kambeba é uma poetisa indígena da etnia Omágua Kambeba que produz literatura e música indígena. Márcia Kambeba faz poesias sobre as identidades dos povos indígenas, enaltecendo suas culturas. Em uma entrevista ao site O Globo, Kambeba faz a seguinte afirmação:

O meu trabalho é litero-musical. Faço composições em tupi e em português. Escrevo poesias que trazem um olhar ambiental, geográfico, indígena e cultural voltado para a valorização da cultura e da informação sobre os povos indígenas. Como vivem, onde vivem, como estão? E como querem ser conhecidos e compreendidos? Através da poesia, temos a chance de conversar e informar nosso leitor, não só o público adulto, mas também o infanto-juvenil. Atualmente, meus poemas estão em várias escolas. Também escrevo contos poéticos que rimam do início ao fim, com música no meio. Aposto muito na educação. Sou mestra em Geografia Cultural, a primeira do meu povo.<sup>21</sup>

Marcia Kambeba e seu trabalho litero-musical se mostram como novas fontes de conhecimento para os professores alcançarem o diálogo do protagonismo indígena pela visão dos próprios indígenas na sala de aula. Sua produção literária e musical pode e deve ser uma maneira utilizada para contribuir na superação de alguns conceitos obsoletos que outrora foram disseminados também pela esfera musical.

Destaca-se que a produção artística indígena vem como uma curva ascendente nos últimos anos e é importante ressaltá-la em vários aspectos, e, ao pensar na educação, cabe também inferir que a mesma pode ser uma aliada no campo de ensino de todas as disciplinas, principalmente a história. Tendo em vista que o protagonismo de sujeitos historicamente invisibilizados estão ganhando mais espaço e ênfase frente as novas políticas públicas inseridas.

A música de Márcia Kambeba traz várias reflexões sobre a valorização das culturas, ancestralidade e afirmações do que é ser indígena, ainda que sua etnia, frequentemente, esteja especificada nas letras de sua música, não há como não estender a discussão às outras etnias

---

<sup>21</sup> KAMBEBA, Márcia Wayna. Marcia Wayna Kambeba, geógrafa: Abre-se um novo papel para a mulher indígena. [Entrevista concedida a Jacqueline Costa. **O Globo**. 10 de julho de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/marcia-wayna-kambeba-geografa-abre-seum-novo-papel-para-mulher-indigena-21566839>



também. Seu trabalho possibilita a conexão com as experiências históricas de vários povos. A canção “Pirintá Iuiria” traz algumas dessas reflexões:

Pirintá Iuiria<sup>22</sup>

O verde floriu, encantou  
Desvelando a Amazônia em nós  
Navegando os rios, os furos e igapós  
Não, não entre sem a minha permissão  
Eu estou entre galhos jogados ao chão  
Não, não destrua o ninho de japiim  
É esse verde é como água dentro de mim  
É meu pensar é conservação  
Minha aldeia não gosta de poluição  
E meu ser “índio” não está só no cocar  
Está na consciência, no respeito com meu lugar  
Ser índio vai além do jenipapo e do urucum  
Ser índio muki pirantá parana açu  
Para além da pele vermelha a mostrar  
Yepé indá iuiria parawá cumyssa  
Não, não entre sem a minha permissão  
Eu estou entre galhos jogados ao chão  
Não, não, não!

Uma rápida análise da composição acima destaca a importância de conservar e proteger não somente as aldeias, mas também a floresta como um todo, já que a Amazônia é mencionada. Rios e seus afluentes que abastecem continuamente terras indígenas seguem a ser poluídos por inúmeras razões. Uma delas são grandes empresas que muitas vezes não se preocupam em evacuar os rejeitos de sua produção de forma consciente, a grilagem ainda é uma prática muito comum, bem como o desmatamento em série da floresta que infelizmente tem crescido assustadoramente nos últimos anos<sup>23</sup>. Além disso, a cantora enfatiza que o modo de viver e “ser índio” vai muito além do cocar, pois, estes demarcam a consciência e o respeito pelo ambiente em que vive.

<sup>22</sup> Letra retirada do blog de Márcia Wayna Kambeba. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/letras/5466978>

<sup>23</sup> Conforme o INPE – Instituto Nacional de Estudos Espaciais-, o desmatamento na floresta amazônica cresceu 63,75 % em abril de 2020, se comparado ao mesmo mês do ano passado.

Sendo assim, visualizamos possibilidades de utilizar a música de uma artista indígena para falar sobre dificuldades e demandas comuns entre etnias indígenas. Ao recorrer a estes novos intermédios, o (a) professor (a) se depara com o ensejo de discutir temas importantes alusivos a cosmologia indígena pela própria perspectiva do protagonista. Isto é, o protagonismo indígena afina sua presença na sala de aula de maneira mais próxima e direta aos alunos.

Outro exemplo de artistas indígenas que tem utilizado a música como espaço de fala, luta, reivindicações, protagonismo são os *Brô MCs*. *Brô MCs* é um grupo de *rap* formado por jovens indígenas da etnia Guarani-Kaiwoa que constroem suas músicas a partir de suas experiências enquanto indígenas em suas aldeias, Jaguapiru e Bororó, no estado do Mato Grosso do Sul, que passam por contínua violência em razão das disputas de terra.

Criado em 2009, o grupo de *rap* é formado por Bruno Veron (21 anos), Clemerson Batista (22 anos), Kevin Peixoto (23 anos) e Charlie Peixoto (22 anos). Para a construção do grupo, o objetivo dos artistas indígenas é utilizar o *rap* como uma ferramenta de denúncia à sociedade sobre genocídio recorrente que suas nações tem passado. Conforme Silva:

Ao narrar o cotidiano da aldeia em que vivem, na maior reserva indígena urbana do Brasil, os jovens guarani-kaiowá buscam mostrar, através da rima, a constante violência, física e simbólica que o grupo vem sofrendo em decorrência das disputas pela terra. Em suas letras, o grupo tem abordado desde a condição de miséria em que vivem, os crimes praticados contra as suas lideranças, o descaso da justiça e das demais instituições públicas, o preconceito da sociedade, até aspectos que mostram a cultura e a identidade dos guarani-kaiowá. Diante do descaso do Estado e da sociedade, o grupo encontrou no *rap* uma estratégia de mostrar ao mundo a sua realidade e a sua luta.<sup>24</sup>

Na música do grupo de *rap* *Brô MCs* se enxerga as demandas da etnia Guarani-kaiwoa, mas não somente isso, a partir deste contato inicial, discussões sobre a demarcação de terras, violência e genocídio se estende à outras etnias indígenas. Importante lembrar que, em relação a demarcação de terras, foi apresentada a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Nº 125, de 2000, expressiva ameaça aos povos indígenas, pois propõe alterar os artigos 49 e 231 da Constituição Federal para acrescentar às competências exclusivas do Congresso Nacional a de

<sup>24</sup> SILVA, Julia Isabelle. Práticas Transidiomáticas e ideologias linguísticas no rap guarani-kaiwoa – *Brô Mc's*: a mistura guarani-português como estratégia de negociação social e de luta política. *Revista Domínio de Linguagens*. 2016. Uberlândia, vol. 10 n.4, p. 1437.



aprovação da demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bem como a retificação das demarcações já homologadas.<sup>25</sup>

Estas questões devem ser colocadas em evidência, das mais diversas maneiras, uma vez que recorrem de um longo debate político exposto desde o século XX. Carlos Alberto Ricardo destaca vários momentos importantes protagonizados por indígenas em situações de reivindicações de suas demandas e direitos no contexto político:

Na década de 80, "os índios" foram protagonistas de várias cenas marcantes no cenário político nacional, as quais, registradas por fotógrafos e cinegrafistas, ganharam manchetes nos jornais e telejornais: o cacique Mario Juruna (Xavante) com seu gravador, registrando promessas de políticos em Brasília, o gesto marcante de Ailton (Krenak) ao pintar o rosto de preto durante discurso no plenário do Congresso Nacional Constituinte (...)<sup>26</sup>

A atuação política dos Brô MCs não é tão diferente dos líderes mencionados no trecho acima, apenas que o espaço de debate desses jovens é no campo artístico, e, se torna tão importante quanto, pois amplia-se temas importantes para a causa indígena – como a demarcação de terras - para os mais diversos públicos. Há trocas entre artista e público, não somente pela questão musical, mas uma conexão das línguas, já que o grupo mistura o guarani o português. Abaixo, a música do grupo Brô MCs, intitulada “Koangagua” - traduzida em português como *Nos dias de hoje* -, em guarani e a sua tradução logo em seguida:

#### Koangagua<sup>27</sup>

Hai amoite ndoikua'ai mbaeve  
Korap oguarê amoite tenonde  
Apuka penderehe, nde ave reikotevê  
Che ñe'e avamba'e oi chendive  
Añe'e haetegua ndaikosei ndechagua  
Aporahei opaichagua ajauechuka  
Ava mombeuha ava koangagua

<sup>25</sup> Proposta de Emenda à Constituição N. 215, de 2000 (Apensas as PECs N°s 579/02, 156/03, 257/04, 275/04, 319/04, 37/07, 117/07, 161/07, 291/08, 411/09 e 415/09). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/sileg/integras/1288819.pdf>

<sup>26</sup> RICARDO, Carlos Alberto. “Os índios” e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONI, Luíz Donizete Benzi (Orgs). A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 20ª edição. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.46.

<sup>27</sup> Letra disponível em: <https://www.letras.mus.br/bro-mcs/koangagua/>

Rap ochechuka upea há'e tegua  
Koa monbeuha ape orereta  
Orejavegua ndo aleike repuka  
Nandegara ochecha upea tuicha  
Uperupi aha mombyryma aguata  
Jaha ke ndeava ara ohasa  
Ndo aleike nderea upeicha javya  
Jaikoporã ñande rekoporã  
Koanga jahecha ñande hente ovyapa  
Ara ohasa upeicha che aha  
Ymã oviapa  
Ara ohasa upeicha che aha  
Ymã oviapa  
Ymã oviapa  
Ara ipoti heta hente petei  
Guyirá kwera oveve  
Ovy'a onondive  
Mesmo upeicha ave umi hente oikwa'a seve  
Hikwai oikwa'a sevê soke operde  
Jornalpe oje'ê opaicha ole'ê  
Tevêpe oje'ê opaicha oñe'ê  
Oikuakwê hina oi hikwai ko oñomi  
Soke hente ave oi iñe'ê hantãva oi  
Ndo alei reñe'ê reñe'ê mbarei  
Upeicha Ivaí nderehechai nde reikwa'ai  
Umi hente do ikwaai  
ndo je'ei ko ape avape  
Soke agwatá  
Ahahape ahechuká  
Che mborapepe ajovahei  
Ndajaoi há nem da ei  
Nde reikwa che aikwaava  
Será pa remombeuta  
Reñe'ê ko mbarei  
Anireñe'ê rei

Nos dias de hoje<sup>28</sup>

Olha lá eles não sabem de nada  
Esse rap chegou lá na frente  
Dou risada de vocês, agora que você precisa  
Porque minha fala é forte e está comigo  
Falo a verdade, não quero ser que nem você  
Canto vários temas e isso que venho mostrando  
Voz indígena é a voz de agora  
O Rap mostra o que é verdade  
Essa é a verdade e aqui nós somos uma banca  
E a nossa galera tá com a gente, só não pode dar risada  
Porque Deus está vendo e ele é grande  
E assim sigo em frente e já estou indo longe  
Vamos nós indígenas porque o tema está passando  
Só não pode cair, pra gente ser feliz  
Pra gente viver bem pra ter uma vida boa  
E com isso a gente vê nosso povo feliz  
O tempo está passando e assim vou caminhando  
Antigamente era muito mais feliz  
O tempo está passando e assim vou caminhando  
Antigamente era muito mais feliz  
Antigamente era muito mais feliz  
O céu está limpo, no meio de todos existe um  
Os pássaros voam  
Juntos são felizes  
Mas mesmo assim alguns se acham  
Esses querem saber mais que os outros, só que vão perder  
No jornal fala várias coisas  
A TV mostra várias coisas  
A verdade existe só que eles escondem  
Mas existem pessoas com a ideia forte  
Não fale, não fale bobagem  
Assim é feio, você não sabe, você não viu  
Eles não sabem  
Bom dia, boa tarde, não se fala para um índio

<sup>28</sup> Tradução retirada do vídeo oficial do grupo Brô MCs. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=36&v=IBafJIZxT6s](https://www.youtube.com/watch?time_continue=36&v=IBafJIZxT6s)



Mas caminhamos  
onde eu vou, eu mostro  
Com a minha música, lavo o meu rosto  
Não estou xingando e nem estou falando  
Você sabe que eu sei  
Mas será que você irá contar?  
Vê se não fale a toa  
Nunca fale a toa

A letra evidencia a importância do *rap* como espaço importante de fala e reivindicações indígenas, quando anuncia: “O *rap* mostra a verdade”, bem como não deixa de falar de um passado que era mais feliz, provavelmente inferindo aos tempos em que seus ancestrais não sofriam com recorrente violência. A veracidade de conteúdos transmitidos pela mídia também é questionada na música, “No jornal fala várias coisas/ A TV mostra várias coisas/ A verdade existe só que eles escondem”.

Portanto, partir do conhecimento prévio sobre as várias formas de expressões indígenas, neste caso, a música, há diversas maneiras de debater questões pertinentes para a compreensão histórica dos povos indígenas. E, ao levar este protagonismo indígena para a sala de aula, através destas novas resoluções e destes novos artistas, tal ação contribui para compartilharmos o saber histórico sobre os povos indígenas também alicerçados em suas perspectivas.

Desta forma, a inserção de produções artísticas na sala de aula torna-se um desempenho elementar para entender a dinâmica nas mudanças e adaptações de formas de ser, de se relacionar e de lutar dos grupos indígenas. Cabe destacar que é propício explorar as mais diversas áreas artísticas em que os indígenas têm se debruçado, como a poesia, o cinema, artes plásticas e afins. Assim, o professor deve assumir um compromisso não apenas com a Lei 11.645/2008, mas com as atuais e futuras gerações que virão e terão a oportunidade de enxergar sujeitos outrora historicamente invisibilizados, como sujeitos agentes e protagonistas de sua história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate proposto neste artigo configura-se substancial na medida em que ao analisarmos a construção da história dos povos indígenas ainda nos deparamos com conceitos equivocados e estigmatizados sobre os mesmos. Percebe-se que algumas percepções obsoletas sobre as



populações indígenas ainda estão enraizadas na sociedade e, sendo a música um abrangente veículo de valores e uma arte ligada a vida humana, por que não utilizá-la a partir da perspectiva indígena em sala de aula?

Ainda que a lei 11.645/2008 tenha sido importante para demarcar a obrigatoriedade da desconstrução de discursos decoloniais sobre as nações indígenas, ela ainda se encontra incipiente, logo é preciso que estas propostas de debates estejam em recorrente discussão. Deste modo, é fundamental que o debate da Nova História Indígena bem como os estudos pós-coloniais latino-americanos estejam vinculados aos mais diversos panoramas: social, político, cultural, educacional, artístico etc.

Por fim, este trabalho pretende provocar novas perspectivas de lidar com a temática indígena na sala de aula, uma vez que, o escrito evoca pensar em aptidões para dialogar sobre a história dos povos indígenas na sala de aula, tanto no passado como no presente. Logo, ampliar e ressaltar o debate sobre a pluralidade e o protagonismo destes povos é uma demanda urgente e contínua. Manifestar ferramentas e ações reversivas a pensamentos preconceituosos que ainda são disseminados na sociedade em geral são ofícios em que todos devem estar comprometidos. E, nada mais estruturante e incisivo do que começar pela sala de aula.